



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO DATA: 22/09/2025

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

Disciplina: Direito das Obrigações II
Professora: Leilane Paula Camargos

Questão 01

Pedro é namorado de Mariquinha. Mariquinha está devendo R\$50.000,00 para André. Pedro percebendo a tristeza de Mariquinha paga a dívida dela.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Se Pedro pagar a dívida em nome de Mariquinha tem direito à reembolso.
- b) Se Pedro pagar a dívida em nome próprio tem direito automático à sub-rogação.
- c) Pedro é um terceiro desinteressado e se pagar em nome da Mariquinha não tem direito a nada.
- d) Pedro é um terceiro interessado, pois é namorado de Mariquinha e em qualquer caso terá direito à sub-rogação.

Questão 02

João emprestou R\$ 20.000,00 a Pedro, com prazo de pagamento em 12 meses. Antes do vencimento, João resolveu ceder esse crédito a Maria, por contrato escrito entre eles. Ocorre que Pedro, devedor, não foi notificado da cessão e, ao chegar na data do vencimento, pagou a dívida diretamente a João.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A cessão é inválida, pois a validade depende da notificação do devedor.
- b) A cessão é válida entre João e Maria, mas ineficaz em relação a Pedro enquanto ele não for notificado.
- c) A cessão é inválida, pois só poderia ocorrer após o vencimento da dívida.
- d) A cessão só será válida se feita por escritura pública.

Questão 03

Marcos tinha um crédito de R\$ 40.000,00 contra Paulo. Precisando de dinheiro, Marcos cedeu esse crédito a Júlia por contrato escrito. Quando Júlia foi cobrar, descobriu que Paulo estava insolvente e não tinha condições de pagar a dívida.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Marcos é responsável pela solvência de Paulo, devendo garantir o pagamento a Júlia.
- b) Marcos não é responsável pela solvência de Paulo, respondendo apenas pela existência do crédito no momento da cessão.
- c) A cessão é inválida porque não houve previsão expressa sobre a responsabilidade do cedente.
- d) Júlia não poderá cobrar nem de Marcos nem de Paulo, já que o crédito se tornou inexigível.

Questão 04

Henrique alugava um imóvel de Roberto por R\$ 1.800,00 mensais. No meio do contrato, Roberto faleceu. Após sua morte, dois filhos de Roberto, Ana e Paulo, passaram a discutir judicialmente a herança e ambos procuraram Henrique exigindo o pagamento do aluguel diretamente em suas contas pessoais.

Nessa situação, qual a medida correta a ser adotada por Henrique para se liberar validamente da obrigação?

- a) sub-rogação
- b) imputação do pagamento
- c) consignação em pagamento
- d) dação em pagamento

Questão 05

Marina devia R\$ 50.000,00 ao banco. Considere as duas situações de forma independente para responder as questões:

- Situação 1 : O fiador de Marina, para evitar a execução e perda do imóvel próprio quita integralmente a dívida diretamente ao banco. Pela lei, ele se sub-roga nos direitos do credor em relação a Marina. Posteriormente, tenta cobrar de Marina R\$ 60.000,00 alegando despesas extras.
- Situação 2: O amigo de Marina, sem ser terceiro interessado, resolve pagar R\$ 50.000,00 da dívida dela. Antes de pagar, firma contrato com Marina de que, em troca, ela deveria restituir-lhe R\$60.000,00.

Considerando as regras da sub-rogação, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto na sub-rogação legal quanto na convencional o credor por sub-rogação só pode cobrar o valor que efetivamente desembolsou.
- b) Na sub-rogação legal, o fiador só pode cobrar os R\$ 50.000,00 que pagou, mas na sub-rogação convencional, segundo a corrente clássica, o amigo pode estipular valor maior do que o que pagou.
- c) O fiador se sub-roga legalmente. A sub-rogação legal pode ser especulativa, ou seja, o fiador pode cobrar os R\$60.000,00 de Marina.
- d) A sub-rogação convencional é inválida, pois somente a lei admite essa figura.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Professora: Roberta Favalessa Donini

Questão 06

São princípios no processo civil, EXCETO:

- a) retroatividade benéfica da lei.
- b) contraditório e ampla defesa.
- c) publicidade dos atos processuais.
- d) devido processo legal.

Questão 07

Analisar as assertivas abaixo e assinalar a alternativa correta.

I – o direito processual civil pode ser aplicado subsidiariamente ao direito trabalhista/processual trabalhista, naquilo que houver omissão no direito processual trabalhista.

II – o direito processual civil não pode ter seus prazos processuais alterados, nem mesmo ser convencionado entre as partes. O que se pode é formular calendário para a prática de atos processuais, desde que em comum acordo entre as partes e o juiz.

III – a finalidade de um processo é obter uma solução aos conflitos.

- a) V, F, V.
- b) F, F, F.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.

Questão 08

O Direito Processual Civil é o ramo do Direito que estabelece as regras e os princípios para a condução de processos judiciais civis, regulando a forma como as disputas entre partes são resolvidas pelo Estado-juiz. É correto afirmar:

- a) o processo civil deve ser aplicado a somente ações oriundas do direito civil.
- b) o processo civil é regra, junto ao processo penal, para as ações penais.
- c) o processo civil é direito público, sendo aplicado nas ações civis que englobam o direito civil, consumidor, previdenciário, constitucional, dentre outros, inclusive de forma subsidiária.
- d) o processo civil é direito público – privado.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II

Professor: Juliana Soler

Questão 09

Joaquim, maior de 21 anos e capaz, transitava, por avenida na capital, quando visualizou em cima do banco de um carro estacionado uma bolsa. Com o objetivo de subtrair a bolsa. Joaquim, quebra o vidro do banco do passageiro, retirando a bolsa almejada. De posse da mesma, empreende em fuga. Diante do caso narrado é correto afirmar que Joaquim:

- a) deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- b) não deverá responder por qualquer crime, reconhecendo-se o princípio da bagatela.
- c) deverá responder por crime de furto tentado.
- d) deverá responder por furto privilegiado apenas.

Questão 10

Pedro, morador de rua, transitando pela via pública, se depara com uma bicicleta estacionada junto ao meio fio, sem qualquer mecanismo de trava de segurança, naquele momento Pedro visando dar uma volta no quarteirão na bicicleta, já que este desde criança tinha o sonho de ter uma bicicleta e devido a precariedade de sua condição financeira nunca teve, a retira do local, e todo feliz pedala em volta do quarteirão, retornando ao mesmo lugar e devolvendo a bicicleta no mesmo lugar, quando ia embora, populares abordam Pedro acusando-o de ter subtraído a bicicleta . O ato praticado por Pedro configura:

- a) Furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- b) Furto com abuso de confiança.
- c) Furto simples.
- d) Não caracteriza crime, vez que o furto de uso não é conduta típica no direito brasileiro.

Questão 11

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O furto exige o dolo (animus furandi) e a intenção de apropriação definitiva (animus rem sibi habendi), bem como para sua consumação, é indispensável que o agente se apossa da coisa e passe a agir como seu legítimo proprietário.
- b) Para que configure o crime de furto é dispensável o dolo (animus furandi) e a intenção de apropriação definitiva (animus rem sibi habendi), além de ser exigido que o agente inverta a posse definitiva do bem.
- c) O chamado furto de uso não é conduta típica, por ausência do animus rem sibi habendi. O agente quer usar a coisa momentaneamente, sem dela se apropriar. Não haverá crime.
- d) O furto famélico não é hipótese de incidência da bagatela. Trata-se da situação comprovada de extrema penúria. Não há crime pela incidência da excludente de ilicitude consistente no estado de necessidade (art. 24 do CP).

Questão 12

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) com a adoção da *teoria da amotio*, o crime de roubo passa a ter feições de crime formal (não depende de resultado material naturalístico), já que basta o emprego da violência ou grave ameaça, com a consequente inversão da posse do bem, ainda que não se opere a retirada da esfera de vigilância da vítima.
- b) Não se aplica o princípio da insignificância ao roubo, diante da pluriofensividade, revelada no emprego da violência e da grave ameaça. O desvalor da ação é elevado.

- c) Não há previsão de roubo privilegiado.
- d) Aplica-se o princípio da insignificância ao crime de roubo.

Disciplina: Direito Constitucional IV Professor: Mário César M. Miranda
--

Questão 13

O presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), que dispõe sobre requisitos a serem observados na celebração do contrato de alienação fiduciária em garantia, considerando os impactos econômicos que esses ajustes estavam acarretando no respectivo momento histórico. Decorrido o prazo de 45 dias, contados da publicação da MPX, que ocorrera no mês de março do ano ZZ, foi estabelecido regime de urgência e determinado o sobrestamento das demais proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa em que a medida provisória se encontrava pendente de apreciação, vale dizer, na Câmara dos Deputados. As referidas proposições abrangiam todas as espécies legislativas elencadas no Art. 59 da Constituição da República. A MPX veio a ser aprovada, sem alterações, em ambas as Casas do Congresso Nacional, 120 dias após a sua publicação, sendo convertida na Lei nº Y, promulgada pelo presidente da Mesa do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa:

- a) Não apresenta incorreção;
- b) Somente apresenta incorreção em relação ao objeto da MPX;
- c) Somente apresenta incorreção em relação à promulgação da Lei nº Y;
- d) Somente apresenta incorreção em relação às proposições legislativas que foram sobrestadas.

Questão 14

No âmbito do processo legislativo brasileiro, o Presidente da República encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional, solicitando urgência constitucional. Após aprovado com alterações no Senado Federal, o texto retornou à Câmara dos Deputados, que não o apreciou dentro do prazo constitucional. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto será devolvido ao Presidente da República para sanção tácita, pois o decurso do prazo implica aprovação automática.
- b) A inércia da Câmara dos Deputados acarreta o trancamento da pauta dessa Casa até a votação final do projeto, ressalvadas apenas as matérias com prazo constitucionalmente determinado.
- c) O projeto será arquivado, uma vez que a ausência de apreciação em prazo determinado equivale a rejeição tácita.
- d) O projeto deverá ser obrigatoriamente apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até 10 dias, sob pena de nulidade absoluta do processo legislativo.

Questão 15

Sobre o processo legislativo disciplinado pela Constituição Federal, julgue as seguintes assertivas:

I. São legitimados para propor emendas à Constituição Federal: um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; o Presidente da República; e mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

II. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. É vedada a edição de medidas provisórias sobre, entre outras matérias, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, direito penal e processual penal ou civil.

III. A lei delegada é elaborada pelo Presidente da República, após solicitação ao Congresso Nacional por meio de resolução que especifica seu conteúdo e os termos de sua delegação. Não pode versar sobre organização do Judiciário, do Ministério Público, direitos políticos, planos orçamentários ou matérias reservadas à lei complementar.

IV. A aprovação de lei complementar exige quórum de instalação de maioria absoluta e quórum de votação de maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

É correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.

Questão 16

O Presidente da República, diante de situação de urgência e relevância, editou a Medida Provisória nº 123/2025, tratando de matéria de grande impacto social. O Congresso Nacional não a apreciou no prazo inicial. Posteriormente, a MP foi reeditada pelo Presidente da República com o mesmo conteúdo, e, no curso de sua vigência, foram aprovadas emendas parlamentares que ampliaram substancialmente seu escopo.

Considerando a disciplina constitucional acerca das medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) A Medida Provisória perde sua eficácia se não for apreciada no prazo constitucional, sendo vedada a reedição na mesma sessão legislativa.
- b) A Medida Provisória pode ser reeditada indefinidamente, desde que mantenha o mesmo conteúdo, até que seja apreciada pelo Congresso Nacional.
- c) As emendas parlamentares que ampliem substancialmente o conteúdo da Medida Provisória não apresentam qualquer limitação constitucional.
- d) Caso a Medida Provisória não seja apreciada no prazo constitucional, permanece válida até a manifestação expressa do Congresso Nacional em sentido contrário.

Questão 17

Um projeto de lei federal apresentado pelo Presidente da República foi aprovado, no Legislativo, pela Casa iniciadora, e enviado à Casa revisora, onde sofreu emendas. Esse projeto de lei

- a) Será imediatamente enviado ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
- b) Será imediatamente enviado ao Presidente da República que poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento.
- c) Voltará para a casa iniciadora, qual seja, o Senado Federal.
- d) Voltará para a casa iniciadora, qual seja, a Câmara dos Deputados.

Disciplina: Direito Empresarial II

Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 18

Miguel e Paulo pretendem constituir uma sociedade do tipo limitada porque não pretendem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Na consulta a um advogado previamente à elaboração do contrato, foram informados de que, nesse tipo societário, todos os sócios respondem

- A) solidariamente pela integralização do capital social.
- B) até o valor da quota de cada um, sem solidariedade entre si e em relação à sociedade.
- C) até o valor da quota de cada um, após cinco anos da data do arquivamento do contrato.
- D) solidariamente pelas obrigações sociais.

Questão 19

Sebastião e Marcelo constituíram uma sociedade sem que o documento de constituição tivesse sido levado a registro. Marcelo assumiu uma dívida em seu nome pessoal, mas no interesse da sociedade.

Barros é credor de Marcelo pela referida obrigação. Barros poderá provar a existência da sociedade

- A) de qualquer modo, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- B) somente por escrito, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- C) de qualquer modo, e somente os bens particulares de Marcelo respondem pelos atos de gestão por ele praticados.

D) somente por escrito, e os bens particulares de Marcelo e Sebastião respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.

Questão 20

Mariana, Januária e Cristina decidiram constituir uma sociedade em conta de participação, sendo a primeira sócia ostensiva e as demais sócias participantes. Sobre o caso apresentado, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

- A) É vedada a participação de mais de um sócio ostensivo na sociedade em conta de participação; logo, as demais sócias não poderão ter a qualidade de sócio ostensivo.
- B) As sócias participantes Januária e Cristina poderão fiscalizar a gestão dos negócios sociais pela sócia ostensiva Mariana.
- C) A sociedade em conta de participação deverá adotar como nome empresarial firma social, da qual deverá fazer parte a sócia ostensiva.
- D) A sociedade somente poderá existir se o contrato não estiver inscrito em qualquer registro, pois é uma sociedade não personificada.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica Prof.: Aldení Lima
--

Questão 21

Para Lakatos e Marconi (2009, p. 18, grifos nossos) o senso comum “não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do ‘conhecer’”. Todavia, recebe pejorativamente a denominação de conhecimento vulgar ou popular.

O senso comum também é capaz de produzir aquilo que as ciências chamam de dogma.

Assinale a alternativa que exemplifica um tipo de dogma.

- a) Na biologia, por exemplo, os primeiros estudos sobre as células, os quais não apontaram a existência de organelas celulares.
- b) A reflexão sobre os fatos e problemas que cercam o ser humano, sempre na tentativa de compreender e problematizar, mas tem a intenção de resolvê-los.
- c) Os desenhos (pinturas rupestres) com a finalidade de se comunicarem e de se expressarem.
- d) As ações dos terroristas islâmicos, que se vestem de bombas e sacrificam sua vida para matar muitas outras que não sigam a sua religião.

Questão 22

Os tipos de pesquisas podem ser classificados de acordo com o seu objetivo geral e, segundo Gil (2002), podem ser divididas em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Os objetivos, como lembra Mattar Neto (2014), estão relacionados com os propósitos do estudo, ou seja, o que você quer estudar e para quê.

Sobre os tipos de pesquisa, analise o trecho:

“Na testagem do efeito de um medicamento sobre uma determinada doença, onde temos dois grupos de indivíduos, um no qual o medicamento foi aplicado e outro não. No final, o pesquisador compara a evolução da doença entre os grupos.”

Indique a qual tipo de pesquisa o trecho se refere:

- a) Pesquisa exploratória.
- b) Pesquisa descritiva.
- c) Pesquisa explicativa.
- d) Pesquisa bibliográfica.

Disciplina: Direito do Consumidor
Professor: Mário César M. Miranda

Questão 23

Uma companhia aérea, ao realizar manutenção em uma de suas aeronaves, não observou os devidos padrões de segurança, ocasionando um acidente durante a decolagem. Diversas pessoas ficaram feridas, incluindo moradores que estavam em casas próximas ao aeroporto, as quais jamais haviam adquirido passagem aérea dessa companhia.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os passageiros que compraram passagem da companhia aérea podem ser considerados consumidores, excluindo os moradores atingidos.
- b) Tanto os passageiros quanto os moradores atingidos podem ser considerados consumidores, ainda que estes últimos não tenham contratado serviço da companhia aérea, por se tratar de consumidores por equiparação.
- c) Os moradores atingidos só poderiam pleitear reparação de danos com base no Código Civil, e não no Código de Defesa do Consumidor.
- d) Os moradores atingidos somente poderiam ser considerados consumidores se comprovassem vulnerabilidade técnica em relação à companhia aérea.

Questão 24

Acerca do conceito de consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.
- b) Consumidor é toda pessoa física, exclusivamente, que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.
- c) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário mediato.
- d) Consumidor é toda pessoa jurídica, exclusivamente, que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.

Questão 25

No âmbito das relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor estabelece a vulnerabilidade como um dos princípios basilares. Acerca desse princípio, assinale a alternativa correta:

- a) A vulnerabilidade do consumidor deve ser demonstrada no caso concreto, mediante prova da sua incapacidade técnica, jurídica ou econômica frente ao fornecedor.
- b) A vulnerabilidade do consumidor é presumida pela lei, sendo reconhecida de forma ampla e objetiva em todas as relações de consumo.
- c) A vulnerabilidade somente se aplica quando o consumidor é pessoa física, não alcançando as pessoas jurídicas que adquirem produtos ou serviços.
- d) O princípio da vulnerabilidade estabelece igualdade de condições entre consumidor e fornecedor, afastando a aplicação das normas protetivas do CDC.